

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Parecer nº 033 de 02 de Maio de 2019.

Projeto de Lei nº 30, de 26 de Abril de 2019.

*1ª lotação*  
Aprovado por: 09 (nove) votos A FAVOR  
E 01 (um) voto CONTRA.  
Em 20/05/19  
JG  
Vereador Jorge Custodio Gervasio  
Presidente da Câmara

*2ª lotação*  
Aprovado por: Juan M. M. M. M.  
Em 27/05/19  
JG  
Vereador Jorge Custodio Gervasio  
Presidente da Câmara

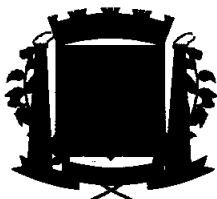
De autoria do chefe do Poder Executivo local, o projeto em epígrafe objetiva abrir crédito adicional suplementar no orçamento municipal, no valor de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais), destinado ao Sindicato dos Produtores Rurais de Ubá, previsto na lei municipal nº 4.649/2019, e classificada na seguinte dotação orçamentária 0211022060800060.008335041 – F-2586.

O Chefe do executivo mencionou ainda que, se faz necessária a referida autorização para atender às disposições contidas no artigo 1ª da proposição, utilizando como fonte de recursos a anulação parcial da dotação orçamentária 0211021854100192.119 – 339039 – F-2775.

Em mensagem encaminhada juntamente com o projeto de lei, o chefe do executivo afirmou que, trata-se de programa conhecido como “Patrulha Mecanizada”, referente à execução do Programa de Mecanização Agrícola e Incentivo à Produção Agropecuária de Ubá, que tem como finalidade disponibilizar a utilização a preços subsidiados, implementos e máquinas agrícolas de propriedade do município, destinados aos pequenos produtores de agricultura familiar desta cidade.

O Chefe do executivo afirmou ainda que, o programa já existe há vários anos, e que atualmente é executado em parceria entre o município de Ubá e o Sindicato dos Produtores Rurais, de acordo com o termo de colaboração anexado juntamente com esta proposição.

O autor da proposição mencionou ainda que, a lei municipal de nº 4.649/2019 disponibilizou no orçamento municipal recursos no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), para a execução do programa. Porém, alegou que devido a ampliação das ações, o recurso disponível será suficiente até o mês de Setembro deste ano. Razão pela qual, seria necessária a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento municipal, para fins de dar



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

continuidade no desenvolvimento das ações executadas no programa de mecanização agrícola e incentivo à produção agropecuária de Ubá.

O dispositivo do artigo 12, § 3º da Lei nº 4.320/64, conceitua subvenção a transferência destinada a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.

Segundo a legislação federal retro descrita, para se fazer a suplementação de crédito, se faz necessária a existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, precedida de justificativa plausível.

A legislação municipal em vigor se coaduna com os requisitos necessários para fazer a abertura de créditos suplementares estabelecidos na legislação federal até então vigente.

No caso concreto, se faz presente a existência de recursos disponíveis, pois o executivo irá anular parcialmente a dotação orçamentária 0211021854100192.119 – 339039 – F-2775 no valor correspondente da subvenção.

O motivo também foi justificável, pois na mensagem foi informado que os recursos até então disponíveis para a execução do programa, serão suficientes até o mês de Setembro deste ano.

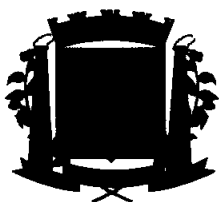
A lei nº 13.019/2014 estabelece regime jurídico de parcerias entre a administração pública e as organizações de sociedade civil, e no caso concreto sendo inexigível o chamamento público, nos termos do artigo 31, II do referido ato normativo.

Desta forma, a presente proposição entrará em pauta observando os termos regimentais, em Seção Ordinária, não recebendo emendas ou substitutivos.

Na sequência do processo legislativo, vem a propositura à análise desta Comissão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, conforme previsto no artigo 48, Caput do Regimento Interno.

Assim, verificamos que a matéria é de natureza legislativa, quanto ao poder de iniciativa de competência do executivo local, nos termos do artigo 55, IV da Lei Orgânica Municipal.

Portanto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 30/2019.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ubá, 03 de Maio de 2019.

JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS

PRESIDENTE DA COMISSÃO

LUIS CARLOS TEIXEIRA RIBEIRO

MEMBRO SUPLENTE DA COMISSÃO

---

GILSON FAZZOLLA FILGUEIRAS

MEMBRO DA COMISSÃO